

O direito à memória e à patrimonialização na cidade: a patrimonialidade como resistência na ilhota

Betina da Rocha Gamalho¹

Introdução

Conceitos como patrimônio cultural, memória, patrimonialização e patrimonialidade são amplamente discutidos no campo teórico. Neste artigo, o objetivo é articular tais conceitos com o objeto de estudo aqui proposto que é a antiga região de Porto Alegre conhecida como Ilhota, a qual possui uma carência no que toca às bibliografias e a estudos específicos na área, principalmente no reconhecimento de seu território como patrimônio cultural da cidade de Porto Alegre. No primeiro momento, o objetivo é realizar uma pequena síntese do resgate histórico da construção da ideia de patrimônio cultural no Brasil, com referenciais teóricos de autores como José Reginaldo Santos Gonçalves, Francisco Luciano Lima Rodrigues, Maria Cecília Londres Fonseca e Paulo Peixoto, permitindo identificar nesse processo as intencionalidades e as relações de poder nela estabelecidas. No segundo momento, as relações de poder estabelecidas nesse processo, bem como o trabalho de enquadramento da memória presente na seleção e no gerenciamento patrimonial, serão analisados sob a ótica dos autores Michael Pollak, Dominique Poulot e João Carlos Tedesco. A discussão sobre as batalhas pela memória e o duplo ato de lembrar e esquecer são fundamentais para discutir a respeito da ordenação de monumentos e patrimônios que exercem mediações de memória que darão sustentação teórica no último momento do artigo, onde se analisará a Ilhota articulada com esses conceitos. No terceiro momento, será diferenciado os conceitos de patrimonialidade e patrimonialização, tendo como autor fundamental no cerne dessa discussão, Dominique Poulot, que verifica que o primeiro conceito distancia-se do segundo por não estar ligado ao reconhecimento legal e institucional de um bem patrimonial, mas sim ao reconhecimento no âmbito do sensível. No quarto momento, o objeto de

¹ Bolsista Capes no Mestrado em História (UPF), licenciada e laureada em História (PUCRS), betinagamalho@gmail.com

estudo, que é a Ilhota, será apresentado ao leitor de modo que o localize em relação ao tempo, ao espaço e aos sentidos e valores históricos e culturais empregados no território. Por fim, a Ilhota será analisada a partir das discussões interligadas dos conceitos de memória, patrimonialização e patrimonialidade, de modo que reconheça o território como um lugar, que apesar de não ser patrimonializado, é carregado de sentidos patrimoniais (patrimonialidade) que seus antigos e atuais moradores carregam em si, preservando o reconhecimento, os saberes e os sentidos do que eles consideram seu patrimônio e resistindo ao apagamento de suas memórias, demonstrando o quanto seu patrimônio não deve ser limitado pelo que restou de bens materiais. Será discutido também a tradição da historiografia positivista e da fase heroica da política patrimonial no reconhecimento dos patrimônios culturais da cidade de Porto Alegre, de modo que identifique a Ilhota como um território que deveria ser reconhecido também institucionalmente como patrimônio cultural e ter o direito à patrimonialização e à memória na valorização da história da cidade.

Definiu-se a técnica de coleta de dados pela documentação indireta, que se deu a partir de dados coletados por terceiros, constituindo quanto aos procedimentos uma pesquisa documental (fontes primárias) e bibliográfica (fontes secundárias). A abordagem da História Oral na pesquisa será alicerce fundamental, a partir do uso de entrevistas como um modo de dado social pela comunicação informal, organizadas tipologicamente em semiabertas individuais, (em profundidade) originária de questões semiestruturadas (entrevista semiestruturada). É sobretudo na oralidade e no uso da memória que descontrói-se a narrativa de que patrimônio é apenas aquilo que é material e institucionalizado e identifica e fortalece a Ilhota como patrimônio cultural carregado de sentido patrimonial (patrimonialidade).

A construção da ideia de patrimônio cultural no Brasil: do material ao imaterial

Para tratar sobre os conceitos de patrimonialização, patrimonialidade e memória, articulados ao estudo da antiga região conhecida como Ilhota em Porto Alegre, é necessário “discutir a noção de “patrimônio”, como ela emerge na história da modernidade e quais os perfis semânticos que ela veio a assumir” (GONÇALVES p. 214). A compreensão da construção da ideia de patrimônio

cultural² no Brasil faze-nos adentrar nos estudos sobre questões patrimoniais e identificar nesse processo as intencionalidades e as relações de poder nela estabelecidas, permitindo que a posteriori se entenda historicamente os motivos pelos quais a Ilhota, como um território de memória e de patrimonialidade, não é patrimonializada na cidade.

A história do conceito de patrimônio cultural é recente no Brasil e relaciona-se a 3 momentos: a Semana de Arte Moderna de 1922, o Estado Novo e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Essa primeira fase é chamada de fase heroica e fora marcada pelo tombamento de bens em que valorizou-se mais o valor estético do que o valor histórico e considerou-se patrimônio cultural apenas bens móveis e imóveis, que fossem do interesse público, vinculados a fatos que remetesse à etnia branca e sua participação na história do Brasil, à religião católica e à elite política e econômica do país. Essa elaboração, conforme o autor Francisco Luciano Lima Rodrigues (2006), de um conceito fechado de patrimônio cultural, fora motivado pela política do Estado Novo, quando criou-se o SPHAN em 1937 que durante décadas super valorizou obras e monumentos de fatos “memoráveis” e relacionados aos grupos citados anteriormente. Essa seleção tinha sustentação através de uma historiografia que priorizava um determinado estilo arquitetônico e artístico e a história da elite branca política, invisibilizando a participação de demais sujeitos históricos na formação do país.

A fase seguinte à fase heroica na construção da ideia de patrimônio cultural no Brasil, possui dois marcos: o final do Estado Novo e a politização da cultura, a partir do governo de Juscelino Kubitschek. A Constituição Federal de

² A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial. A Constituição estabelece ainda a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, no entanto mantém a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública (IPHAN).

1988 foi um marco nesse processo, no que toca ao patrimônio cultural, a partir dos movimentos sociais e políticos que juntaram os partidos de esquerda, os grupos intelectuais e os órgãos de cultura para a construção de um conceito de patrimônio cultural, diferente daquele conceito fechado, moldado durante a fase heroica e que fosse ao encontro de determinadas pautas estipuladas por esses grupos, como um conceito mais popular e de valorização da cidadania. A Constituição Federal de 1988 ainda forneceu as bases para a formulação de uma política do patrimônio cultural imaterial que fora iniciada no ano 2000, pois até então as memórias e tradições dos variados grupos culturais e étnicos do Brasil não eram registrados como patrimônios e eram de domínio dos folcloristas. As memórias e histórias de transmissão oral, em especial dos grupos indígenas e afrodescendentes, é recente no Brasil, visto que, conforme analisou Maria Cecília Londres Fonseca, (2017) elas não se enquadravam em bens móveis ou imóveis, portanto, não eram passíveis de tombamento. Para Paulo Peixoto:

[...] a cultura do imaterial é hoje, nas sociedades em que vivemos, a condição fundamental da elevação do material (sobretudo do não monumental) à condição patrimonial, bem como da promoção da diversidade de usos sociais associados àquilo que chamamos patrimônio (PEIXOTO, 2017, p.16).

Patrimônio para quem: o trabalho de enquadramento da memória na política patrimonial

A construção da ideia de patrimônio cultural e das políticas patrimoniais tiveram uma longa trajetória, mas ainda hoje é necessário o debate acerca do patrimônio e seus usos na sociedade. Diversos autores lançam luz sobre o tema e colaboram para a erudição teórica acerca do conceito de patrimônio cultural e seus usos e aplicações no espaço e na sociedade. Foi visto o quanto que a ideia de patrimônio cultural mudou ao longo dos anos, primeiramente fora um conceito fechado e sem adesão da representação dos demais grupos sociais e depois um conceito mais aberto e com participação popular, compreendendo desde o material até o imaterial. No entanto, uma característica em comum aos dois momentos marca a trajetória da construção da ideia de patrimônio cultural: o exercício do Estado como uma agência de

poder e o gerenciamento da identificação de um grupo a um patrimônio cultural, o qual “contribui, tradicionalmente, para a legitimidade do poder” (POULOT, 2009, p.15). Sendo assim, “a noção traz em si uma certa ambiguidade: se, por um lado, é a forma pela qual um grupo se afirma publicamente, por outro, é o modo pelo qual o Estado exerce seu controle sobre a sociedade” (GONÇALVES, 2015, p. 213).

Quando fala-se em uma seleção voluntária dos patrimônios culturais por parte do Estado, o qual gerencia e exerce seu poder nessa seleção, está se falando em um trabalho de enquadramento, como Dominique Poulot evidenciou:

querer apreender o gesto patrimonial no seio da história social e cultural é pensar nos recortes e nos “enquadramentos” aos quais ele se consagra em uma relação sempre complexa com o que o organiza (POULOT, 2012, p. 29).

Esse trabalho de enquadramento dos patrimônios culturais está atrelado a grupos autorizados e refletem o que Michael Pollack (1992) denomina de “trabalho de enquadramento da memória”, isto é, são memórias que são enquadradas, institucionalizadas, fruto de um processo de seleção de agentes políticos, culturais e econômicos, nos quais são construídas narrativas que, baseadas na história, corroboram com interesses de solidificar uma determinada imagem sobre o passado. Sendo o enquadramento da memória um ato intencional e subjetivo, percebe-se a clara relação com o tempo presente, afinal, o enquadramento da memória é selecionado no presente para a garantia de futuro ao passado mediado pelo presente, tendo na história o canal que faz com que memórias ganhem presentificação. Tendo como pressuposto a noção de que a memória não é cristalizada, mas sim selecionada numa espécie de dialética da memória, é importante salientar que a memória relaciona-se com duas dimensões: do esquecimento e da lembrança.

Há memórias em disputa e silenciadas. Pollak (1989) retrata sobre a dimensão conflituosa da memória pelo uso político, sendo uma arena de conflitos, na medida em que é muito comum que grupos políticos, religiosos e

culturais açãoem a memória para poder interferir nas construções identitárias. O duplo ato de lembrar e esquecer são ferramentas açãoadas para a manipulação coletiva ou individual da memória.

Os açãoamentos da memória, sejam políticos ou não, são indissociáveis do esquecimento, afinal, o ato de lembrar/esquecer é uma via de mão dupla, onde seleciona-se o que deve ou não ser lembrado, o que deve ou não ser esquecido, enquadrado e presentificado. Além da vinculação da memória com a política, ela também é relacionada com cultura, visto que, ambas são fomentadoras da integração social e do sentimento de pertencimento e identidade coletiva, na medida que são ritualizadas. Memória e identidade estão ligadas e daí advém a necessidade simbólica de lugares de memória através da construção de espaços políticos de memória. Para Poulot:

o patrimônio inscreve-se entre a história e a memória. De fato, ele evoca um conjunto de valores que, à semelhança da memória, dependem de um enraizamento mais ou menos profundo na dimensão "sensível" das identidades pessoais e sociais, das afinidades religiosas, das culturas populares e até mesmo das mitologias (POULOT, 2012, p. 235)

O poder político possui uma dimensão maior no controle e na produção de uma memória pública oficial, selecionando o que deve ou não ser lembrado e regulamentando um esquecimento desejado. João Carlos Tedesco (2011) utiliza do termo “colonização da memória”, visto que, o poder político seleciona os sentidos e as referências necessárias para legitimar a memória e a história “oficial” de um passado que buscou-se o que se interessava para dar sentido e moldar ações no presente, com perspectivas para o futuro.

Portanto, pode-se dizer que existem batalhas pela memória e pelo seu uso intencional e seletivo para discutir a respeito da ordenação de monumentos e patrimônios que exercem mediações de memória na dupla tentativa de legitimar/deslegitimar. Os patrimônios selecionam o passado a que se quer rememorar e manifestam o orgulho do passado, ou o temor de repetição no

presente. Essa memória patrimonial e social é intencionada na transmissão às outras gerações que em coletivo identificam-se e sentem-se pertencidos, tendo como princípio o conceito de alteridade, dando-lhes legitimidade e reconhecimento no espaço público.

Por fim, o autor chama a atenção para a necessidade de uma ressignificação do patrimônio, servindo de mediação de tempos em que “o que está em jogo nos museus, e também no domínio do patrimônio cultural é memória, esquecimento, resistência e poder, perigo e valor, múltiplos significados e funções, silêncio e fala, destruição e preservação (CHAGAS, 2005 apud TEDESCO, 2011, p.39).

Do institucional ao sensível: A diferença entre patrimonialização e patrimonialidade

No que toca à discussão sobre patrimônio cultural, seus usos e conceitos, é importante diferenciar dois dos conceitos apresentados no título do presente artigo, patrimonialização e patrimonialidade, que segundo Poulot “hoje em dia, a patrimonialização parece confundir-se com a patrimonialidade” (POULOT, 2009, p.33). Essa diferenciação é fundamental para que no próximo momento, em conjunto com a abordagem da História Oral, se compreenda as questões patrimoniais relacionadas à antiga região da Ilhota em Porto Alegre que possui a patrimonialidade como ferramenta de resistência num território não patrimonializado. No Dicionário IPHAN do Patrimônio Cultural consta que:

Patrimônio é a realidade concreta, cuja gestão prática está associada à preservação de determinados bens que ocorre a partir de instrumentos específicos de proteção – tombamento, registro, chancela, entorno, cadastro, inventários –; bens que são selecionados segundo determinados critérios, que se referem a atribuições de valor, e segundo determinados processos, que envolvem o campo teórico do

patrimônio cultural, onde ocorrem as pesquisas. Todo esse procedimento, denominado patrimonialização, deve ser comunicado socialmente por meio de processos de promoção (THOMPSON, 2014).

Seguindo essa ótica, a patrimonialização tem relação com o reconhecimento legal de um bem patrimonial, seja ele material ou imaterial, a partir de um conjunto de ações que visam a seleção e a atribuição de valores sobre o bem que deseja-se preservar de modo que garantam a legitimação do patrimônio.

Já o conceito de patrimonialidade, distancia-se do conceito de patrimonialização por não estar ligado ao reconhecimento legal e institucional de um bem patrimonial, mas sim ao reconhecimento no âmbito do sensível. Para Poulot, patrimonialidade designa “a modalidade sensível de uma experiência do passado, articulada com uma organização do saber - identificação, atribuição — capaz de autentificá-lo” (POULOT, 2009, p.28). O conceito de patrimonialidade coloca em evidência e reconhece o patrimônio apropriado pelos sujeitos que o vivenciam e sentem-se representados por tal bem que carrega valores e sentidos que devem ser preservados, independente do reconhecimento através do meio legal e institucional da patrimonialização.

Ao reconhecer valores, identidades, práticas e sociabilidades, a patrimonialidade visibiliza memórias coletivas, que no âmbito do sensível, da identidade e do sentido de pertencimento a um determinado lugar, demonstram o caráter social do patrimônio, dando-o “sentido identitário à preservação das memórias coletivas” (JEUDY, 2005, p. 26).

Ilhota como história de gente, de cultura e resistência

O objetivo até o presente momento foi de mapear uma pequena síntese dos conceitos utilizados no presente artigo: patrimônio, memória, patrimonialização e patrimonialidade, bem como seus usos e funções. Esse trabalho de síntese fora necessário para que a partir desse instante seja possível

realizar uma análise dos 4 conceitos apresentados relacionados ao objeto de estudo que é o território da Ilhota. A priori, será apresentado ao leitor o que é e onde fica o território em questão para situá-lo em relação ao tempo, ao espaço e aos sentidos e valores históricos e culturais empregados nesse território onde a patrimonialidade tem a função de resistência.

O processo de abolição e de remodelação urbana no centro de Porto Alegre no final do século XIX e início do século XX provocou uma intensa reorganização territorial na cidade, formando-se, conforme Sandra Pesavento (1999, p. 11), um “cinturão negro e pobre” ao redor da região central, espaço agora demarcado como centro da vida administrativa, econômica e cultural das elites dirigentes. Ocupada historicamente pela população negra e escravizada, com a abolição da escravatura o território passa a ser abrigo também dos libertos, devido ao baixo valor dos terrenos, por conta da precária condição habitacional que a área proporcionava por se localizar em um território alagadiço e sem investimento do poder público.

Localizada nesse território inicialmente periférico e invisibilizado, gradativamente a Ilhota passou a ser um lugar de interesse público e imobiliário, sujeita a experimentar os efeitos que a modernização urbana e as políticas higienistas acarretariam na vida de seus moradores. A Ilhota, ocupava o terreno que hoje corresponde a área limítrofe entre os bairros Menino Deus e Cidade Baixa, indo da Praça Garibaldi, na esquina das avenidas Venâncio Aires e Érico Veríssimo (antiga Rua Arlindo), até a Av. Ipiranga, abrangendo também a área entre a Av. General Lima e Silva, e a Av. Getúlio Vargas (antiga Rua 13 de maio).

A partir das enchentes de 1941, a prefeitura pôs em prática o projeto de expulsão dos moradores da Ilhota. Conforme esse território foi superlotando, começaram as remoções massivas. Em 1967, o Demhab (Departamento Municipal de Habitação) e o Exército retiraram mais de mil casas da Ilhota e levaram seus moradores para inaugurar a recém criada Restinga, como um novo espaço geográfico e social. Após a remoção forçada, alguns moradores se esconderam em casas de familiares em outras regiões ou atrás dos maricás na Ilhota, e em 1978 retornaram para o lugar em que jamais deveriam ter saído, por meio de muita luta e resistência. A Ilhota sumiu.

do imaginário, da história e do mapa da cidade, mas não do coração e da memória dos que foram despejados para a periferia e dos que permaneceram reivindicando seu direito de pertencer à cidade.

Mas de fato, o que é a Ilhota? É apenas um traçado, marcado pela movimentação das águas do riacho que sofria com enchentes? A história da Ilhota, não é apenas a história do seu espaço físico e das intervenções urbanísticas. A Ilhota é história de gente! De gente que carrega em si as memórias do que um dia fora a Ilhota de Lúcio Cílio Rodrigues, Tesourinha, Angelica, Fernando, Luis Cesar e de tantos outros sujeitos que mostram que a Ilhota é memória, é cultura e resistência dos que verdadeiramente construíram essa história. Foi nessa Ilhota, que ligados por um elo em comum que é a resistência e a ancestralidade, que seus moradores desenvolveram laços de sociabilidade que proporcionaram diversas manifestações culturais e novas relações sociais.

É nesse sentido, que a Ilhota estava dentro de uma lógica espacial política e econômica, visto que Porto Alegre era “uma cidade onde havia não só espaço físico para pessoas negras, mas espaço para que estas pessoas de cor praticassem suas crenças, seus costumes que puderam, assim, preservar” (PICCOLO, 1991, p. 46). Era nesse espaço onde seus moradores majoritariamente negros e pobres poderiam ter um lugar para morar perto do centro da cidade ao mesmo tempo em que desenvolveriam seus próprios laços socioculturais.

Juntamente com a remoção forçada dos seus moradores até a década de 70 para as margens da cidade, foram embora também a cultura popular, o samba, o carnaval e as ligas de futebol da antiga Ilhota. Saíram da urbe para entrar no imaginário popular e ironicamente, também no esquecimento.

Se esquecera que o carnaval e o samba porto-alegrense possuem raízes históricas de um lugar tão esquecido da história da cidade, se esquecera das lavadeiras e seus saberes, se esquecera que para além do estigma da construção da ideia de uma Ilhota perigosa e violenta, era de lá que saíram grandes nomes da música popular brasileira e do futebol porto-alegrense e acima de tudo que foi de lá que saiu gente comum, que não virou famoso ou nome de rua, não apareceu nas páginas dos jornais e nos programas de televisão, mas que viraram

a história viva carregada de memória do que foi a Ilhota como história de gente, de cultura e resistência.

A não patrimonialização de uma Ilhota patrimonial

Atualmente, a Ilhota não é identificada como um patrimônio cultural da cidade de Porto Alegre, apesar de carregar consigo a cultura imaterial do município, do estado e do país. O samba, o carnaval, o futebol, as religiões de matriz africana e as lavadeiras por exemplo, são aspectos culturais que marcam determinados grupos sociais e espacialidades no Brasil. A patrimonialização de bens materiais não seria possível, devido ao apagamento e a destruição de seus bens históricos, das casas de religião, do campo que jogou a Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense, dos espaços das escolas de samba, bares e casas de sujeitos históricos. O espaço urbano da Ilhota fora modificado do mapa da cidade a fim de que se cedesse espaço para a especulação imobiliária, prédios e estabelecimentos comerciais. Hoje, os bens materiais dos que moravam na Ilhota foram apagados, de modo que depois das demolições e do despejo, o pequeno espaço que fora cedido, através da Lei da Concessão do Direito Real de Uso às pessoas que retornaram para o território, se transfigurassem em construções sem a expressão original das que existiam antes desse processo. No entanto, é importante destacar que a Ilhota não tem o “seu patrimônio limitado pelo que restou de bens materiais de valor histórico, afinal, quase nada restou. Entretanto, é preciso lançar luz a um patrimônio que não é dado como patrimônio, mas que resiste na trama de vivências e memórias do lugar” (LIMA, 2020, p. 212).

Com sua paisagem apagada do espaço urbano, a Ilhota e os sujeitos que ali viveram e vivem, guardam na memória a ancestralidade da imaterialidade de seu patrimônio que mantém viva a história de práticas culturais marcantes e ao mesmo tempo, invisibilizadas da história de Porto Alegre. Muito se fala no samba, no carnaval popular, no Riachinho, nas enchentes, no futebol e em determinadas figuras que tornaram-se públicas como Lupicínia Rodrigues e Tesourinha na antiga Porto Alegre, mas pouco se fala sobre o território que fora o palco dessas práticas, acontecimentos e local de morada dessas figuras. A patrimonialidade é um conceito não apenas teórico, mas prático. Ele é

resistência para os que não possuem suas memórias e patrimônios visibilizados e patrimonializados na cidade e na história.

Tendo já discutido acerca da construção da ideia de patrimônio, bem como do trabalho de enquadramento da memória, fruto de um movimento voluntário e de seleção de agentes políticos, culturais e econômicos, compreende-se as relações de poder estabelecidas no âmbito dessas discussões.

Uma historiografia e uma política patrimonial que visibilizasse, em especial, um Rio Grande do Sul multiétnico e multicultural é recente, dado o contexto histórico ainda muito marcado pela contribuição positivista de homens que relegaram a história do estado à branquitude do homem político, negligenciando a contribuição de outros grupos sociais no Estado. As políticas patrimoniais no Rio Grande do Sul, à modelo da fase heroica no Brasil, reconheceram diversos patrimônios do interesse público, que fossem vinculados a fatos que remetessem à etnia branca e sua participação na história do Brasil, à religião católica e à elite política e econômica do país. A exemplo disso está o primeiro tombamento em Porto Alegre em 1938 com a proteção da Igreja Nossa Senhora das Dores e mais tarde o Museu Júlio de Castilhos e o Theatro São Pedro (IPHAN). Qualquer bem patrimonial que fosse referente à memória de outros grupos sociais eram desconsiderados seguindo a lógica de um trabalho de enquadramento da memória.

Gerenciando a identificação de um grupo a um patrimônio cultural legitimava-se o poder daqueles que selecionariam o que é ou não um patrimônio e o que é ou não relevante para a história do Brasil, do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre, determinando uma imagem sobre o passado a que se quer salvaguardar.

As relações de poder embutidas nas políticas de patrimonialização e no trabalho de enquadramento da memória em Porto Alegre são extremamente visíveis no espaço urbano. Apesar de uma mudança institucional no processo de reconhecimento do bem patrimonializado e da identificação e valorização do patrimônio cultural imaterial, vinculado também à uma mudança na historiografia brasileira, com a visibilização da importância de outros grupos sociais e bens patrimoniais vinculados a estes na construção do país, ainda hoje os reflexos de uma política patrimonial fechada e de uma historiografia

positivista são vistos na cidade e no sentimento de pertencimento de determinados grupos.

São variados os bens patrimonializados na cidade de Porto Alegre. Uma visita ao centro da cidade é uma contemplação de bens materiais que contam um pouco da história do município a partir de uma perspectiva enraizada na sociedade de um legado da fase heroica da política patrimonial e da historiografia positivista. Esses bens, esmagadoramente referem-se a homens, brancos e políticos da histórica. No que toca aos patrimônios culturais imateriais patrimonializados em Porto Alegre, os números são ainda menores na representação de outros grupos sociais e suas memórias. Luis Cesar, morador atual da antiga região da Ilhota, faz um relato importante sobre essa falta de visibilização na cidade:

Tu tinha me perguntado, né, tem uma palavra, uma palavra chamada preconceito, e aí quando são figuras populares da periferia os nomes não são pontuados pela sociedade. São importantes nomes pomposos que fazem parte do contexto geral da sociedade, que são bem vistos, que são pessoas que são conhecidas, né, que *são brancas* [entonação na fala], né, então a gente exclui pessoas que são da comunidade [...] (SILVA, 2022).

Sem possibilidade de patrimonialização dos bens materiais na Ilhota devido à destruição completa até a década de 80, o território encontra na memória, no imaterial e na patrimonialidade um símbolo de resistência frente a invisibilidade de suas histórias. A oralidade, neste sentido, tem um papel fundamental para a desconstrução da narrativa de que patrimônio é apenas aquilo que é material e institucionalizado, que identifica e fortalece a Ilhota como patrimônio cultural carregado de sentido patrimonial (patrimonialidade) como forma de resistência. A pergunta que se faz é: porque esse território com tantas referências culturais para a cidade de Porto Alegre não é patrimonializado? Em Porto Alegre, a Lei nº. 9570 de 3 de agosto de 2004 institui o registro de bens imateriais e consta que:

Art.1º: Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural do Município de Porto Alegre.

§ 1º O registro referido no "caput" far-se-á em livro que conterá:

I - o Registro dos Saberes, no qual serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano da comunidade;

II - o Registro das Celebrações, no qual serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - o Registro das Formas de Expressão, no qual serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - o Registro dos Lugares, no qual serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços em que se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

A Ilhota enquadra-se no primeiro inciso do primeiro parágrafo do art.1º, por ter na patrimonialidade de seu patrimônio cultural imaterial, o saber da antiga profissão das lavadeiras. Como ofício e prática social desempenhado pelas mulheres, as lavadeiras guardavam consigo um saber, que num encontro de gerações à beira do Riacho compartilhavam experiências, informações e saberes. Muitas das vezes as crianças meninas acompanhavam suas mães e as viam desempenhando seus ofícios, ao mesmo tempo em que aprendiam as técnicas e construíam laços sociais. As roupas estendidas pela cidade, o Riachinho e as práticas sociais das lavadeiras sumiram do espaço urbano, mas não do imaginário e da memória popular. O ofício desapareceu, mas os saberes desenvolvidos jamais foram esquecidos. Resistindo, seus antigos moradores preservaram as memórias e a patrimonialidade do que um dia fora a Ilhota das lavadeiras. Angelica, uma das moradoras da antiga Ilhota relata sobre esse saber, essa prática social, passada para os mais jovens:

Olha, elas na época não tinha assim esse processo, na época já tava se modernizando, mas elas contavam muito as coisas daquela época. Tinha os negócios das bacias, que me chamava muito a atenção, porque os pais sempre que, era uma coisa assim que era um hábito, né, ter aqueles baciões de latão em casa que era onde eles botavam os bebês de noite pra dormir por causa dos alagamentos. Então elas lavavam no bacião ainda na época e contavam pra gente dos barquinhos. Por causa da pinguela e da água a gente vivia fazendo barquinho, então as vezes conversava com elas ali sobre as bacias que elas falavam, então era uma coisa que reportava as lavadeiras (MIRINHÃ, 2022).

A Ilhota ainda enquadrava-se no segundo inciso do primeiro parágrafo do art.1º, por ter sido um espaço fortemente marcado pelo antigo carnaval porto-alegrense. Antes mesmo da década de 30 o carnaval de rua porto-alegrense é apropriado pelas camadas populares, principalmente pela população negra que carregava consigo a ancestralidade cultural de seus antepassados. “Um carnaval que começou como periférico, começava cada vez mais a atrair pessoas de todos os lugares da cidade [...]. Anos depois [nas] décadas de 30 e 40 o Carnaval da Cidade Baixa e arredores se tornou a grande expressão de Carnaval de Porto Alegre” (FRYDBERG, 2007, p. 20-21). A ex moradora Angelica relembra um pouco do Carnaval que vivenciou na Ilhota:

É, a minha mãe gostava muito de tambor, de samba, né, ela tinha paixão, então ela me levava no carnaval. Eu me lembro muito das tribos. Aqui na praça Garibaldi tinha a sede deles, então o carnaval na verdade, eu conheci o carnaval aqui, né, [...] a gente ia lá ver os ensaios e a minha mãe gostava muito dos blocos carnavalescos [...] tinha a

imperadores do samba, já depois quando eu voltei, que foi também uma escola que tem uma história da Ilhota, que foi construída aqui [...] então era um lugar que realmente se podia tocar tambor, se podia demonstrar a nossa cultura afrodescendente, afro-brasileira (MIRINHÃ, 2022).

O futebol também era um espaço de sociabilidade dentro da Ilhota, principalmente no que toca à Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense, popularmente conhecida como “Liga da Canela Preta”. A liga em questão localizava-se na Ilhota e reunia jogadores negros de outros territórios, como da Colônia Africana e arredores que não podiam participar das Ligas oficiais. O futebol não era apenas um esporte, era uma forma de expressão cultural dos que viviam na Ilhota. Culturalmente, os moradores do território, principalmente as crianças e os jovens, desenvolviam sociabilidades e maneiras próprias de se viver e de praticar o esporte. Na entrevista com o ex morador Fernando, evidenciou-se em suas falas e expressões um carinho em especial à infância vivida na Ilhota, com um apelo emocional à prática social do futebol.

Eu lembro dos blocos de carnaval , tinha na Ilhota lá, do futebol, dos jogos. Eu participei sempre disso e tenho uma lembrança muito legal disso ai [...] os campos de futebol, os jogos. As pessoas vinham de outras vilas aqui jogar com a gente aqui na Ilhota e na Cabo Rocha e era muito legal. Sábado e domingo rolava o dia inteiro futebol (SCHNEIDER, 2022).

Sobre o terceiro inciso do primeiro parágrafo do art.1º, a Ilhota também é enquadrada pois era vista como o berço do samba sul-rio-grandense e berço de grandes personalidades. A exemplo disso está Lupicínio Rodrigues, um dos grandes compositores e cantores do Brasil, conhecido popularmente por ser

o criador do samba “dor-de-cotovelo”³. Vivendo sob forte influência já do samba em sua vida, o compositor convivia nos diversos espaços de sociabilidade do território e do estilo musical que marcara aquele território. Antes mesmo do samba ter influência na vida do compositor, foi a prática cultural marcante da Ilhota, que o formou como sambista: o Carnaval. Oliveira (1995), identificou que foi no Carnaval de rua da Ilhota, na bandinha chamada de “Furiosa”, que Lupicínio escreveu seu primeiro samba em 1928, a marchinha intitulada de “Carnaval”.

Carnaval
Foste criado por Deus p'ra brincar
Vais embora e não queres me levar
Me diz onde vais, oh(sic) meu carnaval
A cantar vou
P'ra não chorar nem mostrar minha dor
Pois sei que vais me deixar, Carnaval
Tão cedo não vais voltar

Carnaval. Letra: Lupicínio Rodrigues – 1928.

E por fim, no quarto inciso do primeiro parágrafo do art.1º, a Ilhota também é enquadrada pois possui lugares que reproduziam práticas culturais coletivas, apesar de hoje, terem outra significação com a modificação do espaço urbano, porém permanecem guardando memória do que um dia fora aqueles espaços que marcaram também a vida na Ilhota. O primeiro exemplo é o antigo campo, conhecido como Campo da Rua Arlindo, (atual Avenida Érico Veríssimo) que a Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense utilizava para os jogos, após ser abandonado pelo Sport Club Internacional devido aos alagamentos que o campo sofria, por se estabelecer numa área próxima ao Riachinho na Ilhota. Atualmente onde está o campo da Rua Arlindo, existe uma praça que carrega consigo uma memória. Mas qual memória? A memória de jovens negros que usavam do futebol e de sua patrimonialidade como forma também de resistência? Não. A praça homenageia o antigo dono do campo da

³ “Expressão que identifica os que sofrem de amor afogando suas mágoas sobre uma mesa de bar” (EL PAÍS, 2019).

Rua Arlindo, o Internacional. Memórias dominantes de um clube oficial são optados em detrimento dos que fizeram história naquele campo, dos que viveram naquele território e dos que, por conveniência, a posteriori foram contratados por esse mesmo time. Angelica recorda com carinho sobre o campo e relata que:

Eu lembro que eu ouvi falar daquele campo de futebol que tinha pertinho aqui, porque o pessoal ia muito jogar futebol ali, né [...], mas eles iam muito, a gente lembra assim de comentar “ah, vamo lá pro campo” [...], que foi ali que originou todo esse processo, porque aquele ano durante muitos anos foi um lugar de lazer das comunidades aqui dessa região, e aí depois eu fiquei sabendo que ali jogou o Tesourinha, que o pai do Lupicínio que criou a Liga (MIRINHÃ, 2022).

A atual Praça Garibaldi (imitado pelas ruas Lobo da Costa e José do Patrocínio, e pelas avenidas Venâncio Aires e Érico Veríssimo, no bairro do Menino Deus). também foi um lugar que reproduzia-se práticas culturais coletivas na Ilhota. A Praça antigamente era o local onde reunia-se as escolas de samba da cidade e onde os blocos de Carnaval saíam. À beira do Riachinho na Ilhota, os moradores se encontravam juntamente com os demais moradores dos arredores para compartilharem vivências e práticas culturais coletivas carregadas de um sentido de patrimonialidade como resistência. Afinal, inicialmente o carnaval era realizado no centro da cidade e apenas a elite podia participar. Ao restante da população, restava apenas assistir. Participar do Carnaval não era seu direito, nem mesmo participar da cidade moderna que vinha surgindo. Foi na Ilhota e nos arredores que a cultura popular do carnaval de rua foi incorporada aos ritmos africanos e onde ganhou grande participação popular, ao contrário do carnaval da elite branca que ocorria no centro. Assim como o campo da rua Arlindo, enquadrou-se memórias à quem homenagear. Ao invés de considerarem o local um patrimônio da cidade, ou colocar o nome dela em referência à prática cultural tão forte existente nela, foi preferível manter o

nome de Praça Garibaldi, selecionando e gerenciando quais memórias os locais públicos da cidade irão acionar. Sobre as memórias do Carnaval e da praça, o atual morador do território Luis Cesar relata que:

A Ilhota tem todo um processo de construção dos negros, porque moravam os negros aqui e os negros desfilavam, tanto é que a praça Garibaldi ela é uma concentração, era ali que saía o carnaval de Porto Alegre, os blocos se reuniam ali, né [...] essa região aqui tem toda uma história, tem o Tesourinha, tem os Canelas Pretas, tem o carnaval da Ilhota, tem a Praça Garibaldi que é um reduto que reunia as escolas de samba onde os blocos de carnaval saíam. Então não era só do Areal da Baronesa, a Ilhota também tinha isso, essa cultura, né (SILVA, 2022).

A Ilhota e seus patrimônios culturais imateriais carregados de patrimonialidade enquanto fator de resistência aos sujeitos envolvidos, denuncia a falta de democratização do patrimônio, que conforme evidenciou a autora Maria Cecília Londres Fonseca, “implica, qualquer que seja a perspectiva, no fato de que o Estado não deve ser o único ator social a se envolver com a preservação do patrimônio cultural de uma sociedade” (FONSECA, 1997, p. 74). O processo de patrimonialização deveria partir da vontade da sociedade e dos sujeitos que vivenciaram determinado evento e que anseiam por representatividade e reconhecimento também institucional de seu patrimônio partindo da patrimonialidade. Para isso, traze-se o relato novamente de Luis Cesar que demonstra o quanto os moradores da Ilhota desejam reconhecimento e visibilidade de seus memórias, vozes e patrimônios:

Então nós queremos fizer que a importância da Ilhota, ela está inserida no processo da história de Porto Alegre, ela conta uma história e essa história tem que ser mostrada para as pessoas, as pessoas tem que reconhecer esse espaço negro de Porto

Alegre, que tem vários espaços negros, mas aqui a Ilhota é um espaço negro de referência do samba e da cultura e que tem que fazer esse resgate para a sociedade, que a sociedade tem que reconhecer e a cidade tem que também reconhecer esse processo.

Luis Cesar: E a gente sabe dessa dificuldade, a gente sabe que isso é muito difícil, né, mas eu acho que aos pouquinhas, aos pouquinhas a gente vai conseguindo se apropriar desses espaços e talvez no futuro a gente consiga enxergar outros nomes, não só essa coisa da cultura branca (SILVA, 2022).

O que percebe-se nesses relatos são a força da patrimonialidade enquanto fator de resistência à preservação de suas culturas, suas práticas sociais e seus patrimônios carregados de sentido pelos sujeitos que o vivenciam. Carregando em si a força da patrimonialidade enquanto resistência, esses sujeitos resistem também à invisibilização de suas memórias, às relações de poder existentes nos enquadramentos institucionais da memória e à não patrimonialização de uma Ilhota patrimonial.

Considerações finais:

A partir de uma revisão teórica e conceitual, primeiramente da construção da ideia de patrimônio cultural no Brasil, depois sobre as relações de poder estabelecidas nesse processo, bem como o trabalho de enquadramento da memória presente na seleção e no gerenciamento patrimonial, e por fim, sobre a diferenciação dos conceitos de patrimonialidade e patrimonialização, foi possível alcançar o objetivo final da presente pesquisa. Essa revisão contribuiu para que no último momento de análise fosse possível sinalizar o leitor para a importância da visibilização da Ilhota como um território de patrimonialidade que constitui-se do sensível e das experiências vividas no âmbito da memória dos sujeitos que ali viveram e vivem, preservando o reconhecimento, os saberes e sentidos do que eles consideram seu patrimônio e resistindo ao apagamento de suas memórias. Foi possível ainda, identificar a Ilhota como um território que deveria ser reconhecido também institucionalmente como patrimônio

cultural e ter o direito à patrimonialização e à memória na valorização da história da cidade.

Dentre todas as questões pontuadas, ao final deste artigo foi possível reconhecer no processo de construção da ideia de patrimônio cultural no Brasil as relações de poder nela estabelecidas; compreender como as relações de poder, vinculados com um trabalho de enquadramento da memória se articulam na seleção e no gerenciamento de monumentos e patrimônios; comparar os conceitos de patrimonialidade e patrimonialização de modo que relate o reconhecimento legal e institucional de um bem patrimonial, com o reconhecimento no âmbito do sensível; identificar a Ilhota no tempo e no espaço urbano de Porto Alegre; compreender os sentidos e os valores históricos e culturais empregados no território da Ilhota; analisar, a partir das discussões interligadas dos conceitos de memória, patrimonialização e patrimonialidade, a Ilhota como um lugar, que apesar de não ser patrimonializado, é carregado de sentidos patrimoniais (patrimonialidade); reconhecer e analisar a Ilhota como um território que deveria ser reconhecido também institucionalmente como patrimônio cultural e ter o direito à patrimonialização e à memória na valorização da história da cidade; reconhecer a oralidade como uma abordagem que fortalece a Ilhota como patrimônio cultural carregado de sentido patrimonial, e por fim, compreender a força da patrimonialidade enquanto fator de resistência à preservação de culturas, práticas sociais e patrimônios carregados de sentido pelos sujeitos que o vivenciam.

Referências

BRASIL. *Lei n. 9570, de 03 de agosto de 2004*. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural do município de Porto Alegre e dá outras providências. Porto Alegre. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2004/957/9570/lei-ordinaria-n-9570-2004-institui-o-registro-de-bens-culturais-de-natureza-imaterial-que-constituem-patrimonio-cultural-do-municipio-de-porto-alegre-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 19 out 2022.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

FRYDBERG, Marina Bay. *Lupi, Se Acaso Você Chegasse: Um Estudo Antropológico das Narrativas sobre Lupicínia Rodrigues*. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, 2015.

IPHAN. *Patrimônio Cultural*. Brasília. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 17 out. 2022.

IPHAN. *Porto Alegre (RS)*. Brasília. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/394/#:~:text=O%20primeiro%20tombamento%20em%20Porto,de%20Castilhos%2C%20o%20Pal%C3%A1cio%20Farroupilha>. Acesso em: 19 out. 2022.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das Cidades*. Tradução Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LIMA, L. N. M. Patrimonialidade em cidades não patrimonializadas: caso de Crixás, Goiás, Brasil. *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, v. 3, n. 6, p. 202-218, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.3172>. Acesso em: 18 out. 2022.

LUPICÍNIO RODRIGUES, o mestre do samba “dor-de-cotovelo”. *El País*, São Paulo, 16 set. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/16/cultura/1568648849_346051.html. Acesso em 29 jul. 2022.

PEIXOTO, Paulo. Tudo que é sólido se sublima no ar: Políticas Públicas e gestão do Patrimônio. In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KUHL,

Beatriz (Org.). *Patrimônio Cultural: Memória e Intervenções Urbanas*. São Paulo: Annablume, 2017. cap. 1. p. 15-24.

PESAVENTO, Sandra. Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/95330>. Acesso em: 27 jun. 2022.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Porto Alegre – meados do século XIX: a cidade negra. In: *Reunião Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 10, 1990, Curitiba. Anais X Reunião Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Curitiba: SBPH, 1991. p. 41-47

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em:
http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

POULOT, Dominique. A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, IPHAN, n. 34, p. 27-44, 2012.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. Conceito de Patrimônio Cultural no Brasil: Do Conde de Galvéias à Constituição Federal de 1988. In: MARTINS, Clerton. *Patrimônio Cultural: da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Rocca, 2006. cap. 1. p. 1-16.

RODRIGUES, LUPICÍNIO. Carnaval. In: OLIVEIRA, Márcia Ramos. *Lupicínio Rodrigues: a cidade, a música, os amigos*. Porto Alegre, 1995. Disponível

em:

https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/95054/000129783.pdf?sequenc_e=1&isAllowed=y. Acesso em: 29 jul. 2022.

TEDESCO, João Carlos. *Passado e presente em interfaces*: introdução à uma análise sócio-histórica da memória. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011.

THOMPSON, Analucia. A composição do Dicionário. In: RESENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1028>. Acesso em: 17 out. 2022.

Entrevistas:

MIRINHÃ, Angelica Celeste. Angelica. [Entrevista concedida a] Betina Gamalho. Porto Alegre, set. 2022.

SCHNEIDER, Fernando Ortiz. Fernando. [Entrevista concedida a] Betina Gamalho. Porto Alegre, jul. 2022.

SILVA, Luis Cesar Corrêa da. Luis Cesar. [Entrevista concedida a] Betina Gamalho. Porto Alegre, set. 2022.